

DIREITO
TRIBUTÁRIO
E DIÁLOGO
CONSTITUCIONAL

3^a Edição

Sumário

Introdução	1
1 A Correção Legislativa da Jurisprudência no Cenário do Direito Constitucional Contemporâneo	9
1.1 Separação de Poderes, ascensão do Judiciário e dos precedentes judiciais.....	9
1.2 A Correção Legislativa da Jurisprudência na história constitucional dos Estados Unidos da América	14
1.2.1 A Décima Primeira Emenda: reação ao precedente <i>Chisholm vs. Georgia</i>	14
1.2.2 A Décima Quarta Emenda: reação ao precedente <i>Dred Scott vs. Sandford</i>	17
1.2.3 A Décima Sexta Emenda: reação ao precedente <i>Pollock vs. Farmers' Loan & Trust Co.</i>	18
1.2.4 A Vigésima Sexta Emenda: reação ao precedente <i>Oregon vs. Mitchell</i>	19
1.3 Correção Legislativa da Jurisprudência e supremacia judicial no direito norte-americano	20
1.3.1 <i>Texas vs. Johnson, Flag Protection Act</i> e <i>United States vs. Eichman</i>	21
1.3.2 <i>Employment Division, Department of Human Resources of Oregon vs. Smith, Religious Freedom Restoration Act</i> e <i>City of Boerne vs. Flores</i>	22
1.3.3 <i>Miranda vs. Arizona</i> e <i>Dickerson vs. United States</i>	24
1.3.4 A supremacia judicial na doutrina norte-americana.....	26

1.3.4.1 Críticas de ordem democrática à supremacia judicial	35
1.3.4.2 Críticas de ordem institucional à supremacia judicial.....	49
1.4 A teoria do diálogo constitucional	51
1.4.1 A teoria do diálogo constitucional no direito canadense.....	52
1.4.2 A teoria do diálogo constitucional no direito norte-americano	55
1.5 Correção Legislativa da Jurisprudência e Supremacia Judicial no Direito Constitucional Brasileiro.....	63
1.5.1 Supremacia judicial e diálogo constitucional podem conviver no sistema constitucional brasileiro?.....	77
1.5.2. Diálogo constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	89
1.5.3 Diálogo constitucional: novo nome para ideias antigas?	116
2 Aspectos Gerais da Correção Legislativa da Jurisprudência	121
2.1 Funções da Correção Legislativa da Jurisprudência no Estado Democrático de Direito	121
2.2 Aportes da doutrina norte-americana sobre a correção legislativa da jurisprudência.....	127
2.3 A Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Brasileiro	150
2.4 Limites da Correção Legislativa da Jurisprudência	169
2.4.1 Limites formais	169
2.4.2 Limites materiais	179
3 A Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro.....	185
3.1 Aspectos históricos	185
3.1.1 A Emenda Passos Porto (EC nº 23/1983).....	187

3.2 Aspectos gerais da Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro.....	189
3.3 Hipóteses de Correções Legislativas da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro.....	222
3.3.1 A EC nº 20/1998 e o art. 195, inc. I da CRFB/1988	222
3.3.2 A EC nº 29/2000 e a progressividade fiscal do IPTU	224
3.3.3 A EC nº 33/2001 e o ICMS na importação por pessoa física e não contribuinte	228
3.3.4 A EC nº 39/2002 e a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.....	237
Conclusão – Proposições Objetivas	241
Referências.....	245